

6.janeiro.2014 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, SAÚDE E ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Entidade: Observatório das Famílias e das Políticas de Família

Professoras Doutoras Karin Wall, Ana Nunes de Almeida, Vanessa Cunha e Anália Torres

Recebidos

conjuntamente por: Deputados das [Comissões de Educação, Ciência e Cultura, Saúde e Orçamento, Finanças e Administração Pública](#) identificados na respetiva audição.

Assunto: [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.](#)

Exposição: A Deputada Diana Ferreira (PCP, Deputada Relatora da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que presidiu à reunião) enquadrou a audição, informando que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#), apresentou os Deputados presentes e indicou a grelha de tempos a utilizar.

As 4 representantes do Observatório das Famílias e das Políticas de Família fizeram apresentações que podem ser consultadas na [página da Comissão, na Internet](#).

Referiram em primeiro lugar que dos estudos que têm realizado se verifica que das mudanças dos últimos anos nas políticas das famílias se conclui o seguinte:

1. Essas políticas estão diluídas na política social;
2. Há uma ausência de objetivos específicos, metas e uma organização que coordene essas políticas, que são transversais;
3. As mesmas estão mais diluídas;
4. São mais residuais (reduzidas às famílias mais pobres).

Mostraram depois vários indicadores, nomeadamente em termos de apoio económico, abono de família, rendimento social de inserção (e a sua comparação com outros países), realçando a sua diminuição a partir de 2010. Mencionaram ainda a duração da licença parental, indicando que se encontra na média europeia e a subida da taxa de cobertura das creches e estabelecimentos de educação pré-escolar.

Em termos de comentários, referiram como elementos de apoio fundamentais os apoios económicos regulares ao longo da vida da criança e o apoio em serviços, considerando as licenças com menos impacto. Salientaram ainda que as medidas ao longo dos últimos anos se concentraram nas famílias muito pobres e as restantes têm apoios mais residuais.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Realçaram que os cortes financeiros dos últimos anos têm tido muitas penalizações para as famílias, referiram o complemento de apoios por outras entidades (autarquias, etc), aludiram ao programa de emergência alimentar e informaram que cerca de metade dos desempregados não tem qualquer apoio.

Indicaram os seguintes desafios:

1. Reforçar a proteção económica das famílias em risco de pobreza;
2. Fazer a monitorização das políticas;
3. Adotar uma política pública de apoio às famílias, não só delegada no 3.º setor;
4. Estabelecer metas para as políticas de apoio.

Fizeram depois referência ao Projeto desenvolvido para o Comité da UNICEF, com o relatório [As crianças e a Crise em Portugal – Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013](#), em que foi dada voz às crianças. Realçaram que 22,4% das crianças se encontram em risco de pobreza e que a taxa de pobreza é maior em agregados com crianças, nas que têm maior número de filhos ou nas famílias monoparentais. Salientaram ainda que a crise é reconhecida e explicada pelas crianças e deram conta de vários testemunhos das mesmas e dos receios que transmitiram.

Noutra apresentação foi realçada a importância da conciliação do trabalho com a família, desenvolvida a relação entre o índice de fecundidade em vários países e a filosofia específica adotada em relação a essa matéria e referenciados os impactos do índice de desemprego e da precariedade do emprego, na natalidade. Foi indicada a evolução do índice de fecundidade nas últimas décadas e referida uma especificidade mais recente, com a indicação de que há poucas mulheres sem filhos e muitas com um único filho.

Foram ainda transmitidas informações com base noutro estudo, indicando-se as intenções reprodutivas da geração de 1970-1975, com referência às razões de adiamento da natalidade e indicação de que a recusa do 2.º filho (que é um ideal, mas de difícil concretização), se deve, primordialmente, aos custos associados e à instabilidade profissional). Salientaram ainda a importância das condições de saúde geral e reprodutiva e consideraram o emprego e os rendimentos condignos como um pilar da natalidade.

Interveio de seguida a Deputada Nilza de Sena (PSD), referindo que o PSD considera que o problema é premente, complexo e que tem lugar há várias décadas, pedindo pistas para o minorar. Deu depois o exemplo de outros países que adotaram medidas específicas, tendo referido que na França deram bons resultados, mas o mesmo não se verificou na Alemanha. Fez ainda referência à divergência entre a fertilidade desejada e a realizada.

Por último, pediu contributos com indicação de medidas a implementar no âmbito das dimensões da educação, saúde e orçamento e finanças, realçando que os apoios prestacionais são importantes mas não determinantes.

A Deputada Catarina Marcelino (PS) realçou a importância do trabalho do Observatório, por dar uma visão global, transversal e fazer o diagnóstico nacional e comparativo da situação, até com a voz das crianças, ferramenta essencial para se equacionarem as políticas. Referiu depois que há momentos mais claros de políticas de apoio às famílias e promoção da natalidade e outros menos explícitos, defendendo que atualmente há uma grande preocupação

com a natalidade, mas não há um conjunto de medidas de resposta por parte do Governo, tendo realçado o facto de ser a Assembleia da República que estava a refletir sobre a matéria.

Referiu ainda as medidas desenvolvidas pelo PS, no âmbito da defesa da igualdade do género nomeadamente nas licenças parentais, realçando a importância de as mulheres não serem prejudicadas no trabalho.

Defendeu ainda que a resposta em termos de equipamentos sociais era muito razoável, embora os preços ainda sejam muito elevados para as famílias com mais baixos rendimentos.

A Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) agradeceu o diagnóstico, realçou que a diminuição da taxa de natalidade não se prende apenas com a crise e, em síntese, questionou se o calendário escolar e os horários das escolas apoiavam as famílias ou não e quais as medidas que propunham em relação ao acesso às creches e estabelecimentos de educação pré-escolar.

Realçou ainda a importância da possibilidade de conciliação dos horários de trabalho e defendeu que entendia que a mesma já estava legislada, exigindo essencialmente mais fiscalização do seu cumprimento, mas perguntou se havia medidas que entendessem que deveriam ser implementadas nesse domínio.

A Deputada Diana Ferreira, em representação do PCP, realçou que para o respetivo Grupo Parlamentar, as questões da natalidade estão ligadas à situação económica e social das famílias, consequência das opções políticas dos sucessivos Governos. Saliu depois como fatores importantes para a decisão em relação à natalidade, nomeadamente, a instabilidade laboral, a impossibilidade de gozo simultâneo e complementar das licenças de parentalidade por ambos os progenitores e os custos da educação e saúde das crianças e jovens.

Na sequência das questões e observações colocadas, as representantes do Observatório referiram o seguinte:

1. O trabalho do Observatório é de diagnóstico, para dar as ferramentas para se equacionarem as políticas;
2. Em relação à escola a tempo inteiro e a alguma redução das Atividades de Enriquecimento Curricular deverá avaliar-se o seu impacto;
3. As escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) devem ser mantidas e reforçadas;
4. Defendem uma política de proximidade, nomeadamente, com as escolas próximas dos problemas das famílias, entendendo que agrupamentos muito grandes podem prejudicar esse objetivo;
5. Não existe escola a tempo inteiro a partir do 1.º ciclo;
6. Ainda existem muitas desigualdades do género no emprego;
7. Também devem ser adotadas medidas dirigidas aos homens, como pais;
8. É necessário articular as políticas nas várias vertentes;
9. A nível de conciliação, realçaram a necessidade de se instituir o direito à creche a partir de certa idade (medida adotada nos países nórdicos);
10. Os horários das escolas não são compatíveis com as famílias;
11. As escolas são muito autoritárias e as crianças têm um papel diminuto nas mesmas, defendendo a necessidade de lhes dar a palavra e de organizar a escola como um



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

espaço de vida, de cidadania, de encontro de gerações, um ponto de encontro e não terrenos vazios de afeto;

12. Consideraram a precariedade e o emprego como centrais;
13. Defenderam que a natalidade é um problema da sociedade, de todos;
14. Indicaram a importância da sensibilização dos empregadores para a igualdade do género;
15. Salientaram que o adiamento da maternidade tem efeitos a nível de saúde e dos apoios inerentes, sendo essencial a resposta do Serviço Nacional de Saúde.

A documentação entregue e a gravação da reunião estão disponíveis na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 06 de janeiro de 2014

A assessora
Teresa Fernandes